

## A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO DA MORAL: UM ESTUDO SOBRE O COMPONENTE DE ÉTICA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Vera Márcia Souza Gomes Lima<sup>1</sup>

*Resumo: Este trabalho tem como foco a construção discursiva do sujeito da moral no componente “Ética” dos Parâmetros Curriculares Nacionais, um documento oficial que visa orientar as diversas instâncias responsáveis pela educação no Brasil. Este trabalho se inscreve no âmbito dos estudos em Análise Crítica do Discurso conforme proposta por Fairclough (2001) e tem por objetivo fazer uma análise crítica de um documento oficial cujo locutor ocupa um lugar social de autoridade que lhe é outorgado pelo gênero a que pertence. Elegemos a intertextualidade como categoria analítica, recorrendo à apresentação de um dos fenômenos para análise trabalhados em Lima (2006): o discurso relatado, numa adaptação do modelo proposto por Indursky [1997]. A partir da análise de dados, observamos que o locutor mobiliza uma multiplicidade de vozes ou para dar sustentação à sua visão de Ética ou para oferecer um contraponto à ela. Através dessa dialogicidade cria-se um efeito de consenso, levando os leitores a aceitar a visão habermasiana de ética transmitida pelo locutor como se fosse a única possível. Os recursos lingüístico-discursivos reforçam o caráter prescritivo do texto. Assim, uma determinada visão de ética é recontextualizada no universo da educação para estabelecer uma hegemonia.*

Alguns autores já se ocuparam da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais na área de Educação, como Baptista (2000), Rezende (2001) e Grisotto (2002)<sup>2</sup>. Mas na área de Lingüística há poucas pesquisas, como Cavalcante (2002) e Nascimento (2005). No âmbito das pesquisas realizadas em Lingüística, ainda não havia sido abordada a forma como a Ética é apresentada nos PCN, um documento oficial que visa orientar as diversas instâncias responsáveis pela educação no Brasil. Diante disto, e observando a centralidade da ética em nossa sociedade nos dias atuais e a importância da educação na formação dos cidadãos; observando ainda a sala de aula como espaço para construção de subjetividades, desenvolvemos esta pesquisa<sup>3</sup> cujo tema é a construção discursiva do sujeito da moral no componente “Ética” dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A pesquisa faz uma análise crítica de um documento oficial cujo locutor ocupa um lugar social de autoridade que lhe é conferido pelo gênero em que se inscreve e analisa como o documento apresenta a Ética, que é um domínio heterogêneo da Filosofia Prática, povoado por diversas visões teóricas. Argumentamos que uma determinada visão de Ética, válida para um determinado grupo social, é apresentada discursivamente no PCN como válida para o conjunto da sociedade.

Esta pesquisa está inscrita no âmbito dos estudos em Análise Crítica do Discurso, conforme proposta por Fairclough (2001), cujo objetivo maior é analisar o funcionamento

---

1 - Orientadora: Profa. Dra. Anna Elizabeth Balocco

2 - Conforme pesquisa realizada pela autora no banco de dados da CAPES no dia 26/07/2005.

3 - Dissertação de Mestrado em Lingüística, UERJ, 30/03/2006.

discursivo de textos, observando como um texto se relaciona com o processo social mais amplo do qual ele é parte, desnaturalizando o sentido do mundo do modo como ele é construído e desvelando a opacidade das relações entre discurso e sociedade.

Como *corpus* de análise lingüística, trabalhamos com um recorte da seção intitulada “Os Conteúdos de Ética para o primeiro e o segundo ciclos” (páginas 101 a 113), do volume 8 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que contém a apresentação dos Temas Transversais e o PCN de Ética.

Esta pesquisa buscou identificar os recursos lingüístico-discursivos utilizados no *corpus* para o reconhecimento das diferentes visões presentes na discussão sobre Ética, o perfil discursivo criado pelo locutor-coletivo para si e para seus leitores, bem como identificar o sujeito da moral construído discursivamente no PCN de Ética.

### **1) O PCN como Gênero do discurso**

Por suas características, consideramos os PCN pertencentes ao gênero de governo e controle: Os PCN são documentos cujo objetivo é estabelecer políticas públicas na área da Educação, integrando diferentes níveis: o nível regional, onde estão localizadas as escolas, e o nível nacional, esfera em que o documento é produzido. Os documentos pertencentes ao gênero de governo e controle prescrevem ações para determinados segmentos sociais; seu processo de produção caracteriza-se por partir do conflito (levando-se em conta a natureza aberta do social, sempre em constante disputa), visando formular um texto “aparentemente consensual”, fazendo com que “*visões e representações do mundo particulares adquiram status universal*” [FAIRCLOUGH, 2003, p. 45].

Tendo em vista as características genéricas dos PCN, um documento que busca construir um consenso, elegemos a intertextualidade como fenômeno pertinente para análise: para construir este consenso diferentes vozes são trazidas para o texto. Foi feita uma análise das diferentes vozes que são trazidas e a forma como se articulam à voz do locutor-coletivo do documento.

### **2) A Intertextualidade como categoria de análise**

Ao referir-se à heterogeneidade como dimensão constitutiva dos textos, Fairclough [2003, p. 47] afirma:

*... para cada texto ou tipo de texto, há um conjunto de outros textos e um conjunto de vozes que são potencialmente relevantes, e que são potencialmente a ele incorporados. Pode não ser*

*possível identificar estes conjuntos com grande precisão, e eles podem ser um tanto extensos e complexos.*

Para este autor, é importante que se tenha uma idéia inicial a respeito dessas vozes, procurando-se descobrir que textos e vozes são incluídos, que textos e vozes são excluídos e que ausências significativas são observadas.

Como ferramenta metodológica da pesquisa, dentro da categoria da intertextualidade, empregamos como fenômenos para a dimensão lingüística de análise o discurso relatado, numa adaptação do modelo proposto por Indursky (1997, p.199), a modalidade, conforme Halliday (1985) e a noção de traços de didaticidade, de Moirand (1991) conforme apresentada em Sant'Anna (2004). No presente artigo, iremos abordar apenas o discurso relatado para que possamos oferecer ao leitor uma visão mais detalhada de nossa análise.

O modelo de análise proposto por Indursky (1997, p.199), amplia o tratamento do fenômeno do discurso relatado, doravante (DR), do ponto de vista formal, ao reconhecer diferentes recursos lingüísticos como marcas de (DR). A autora distingue três categorias para analisar a manifestação do (DR) em seu *corpus*.

A primeira categoria é a do discurso relatado marcado (DRM), que se caracteriza pela citação entre aspas, equivalendo ao tradicional Discurso Direto. A segunda é a do discurso relatado indireto formal (DRIF), a qual corresponde ao discurso indireto. A contribuição de Indursky se reflete por meio do acréscimo de uma categoria denominada discurso relatado indireto informal (DRII), que é uma variante do discurso relatado indireto formal (DRIF). Embora ambas se identifiquem por “*não terem compromisso com a materialidade do texto-origem*” [INDURSKY, 1997, p. 203], por serem uma apropriação pelo locutor da palavra do outro, elas se distinguem no seguinte sentido: O DRIF tem uma sintaxe previsível, mas o DRII não tem.

Por exemplo, a sintaxe do DRIF pode ser formalizada como “SN diz que X”. Já o DRII não é passível de formalização nestes moldes. Um exemplo retirado do *corpus* da autora para esclarecer este ponto é o seguinte: “*Tenho conhecimento de **observações** que anoto atentamente. Primeiro, o atual governo, fugindo a compromissos da revolução, empreende reformas, ora tachadas de inoportunas, ora acusadas de serem uma repetição da demagogia do governo passado...*” [CASTELO BRANCO, 1964 apud INDURSKY, 1997, p. 203]. Observa-se, neste exemplo, que embora o discurso do outro não esteja formalizado através da estrutura canônica do discurso relatado “SN disse que X”, indiscutivelmente as formulações sublinhadas não correspondem à voz do locutor. A palavra em negrito é por nós considerada a

marca introdutória de discurso relatado por ser um substantivo relacionado a um verbo *dicendi*.

Para a análise das vozes que emergem a partir do estudo do discurso relatado em nosso *corpus*, selecionamos as seguintes categorias:

- discurso direto;
- discurso indireto sintaticamente previsível; e
- discurso indireto sintaticamente imprevisível.

**Quadro 1 – Categorias de Discurso Relatado encontradas no *corpus***


--	--	--

--	--	--

	3) “ilhas de Discurso Direto” <sup>4</sup> (aspas e itálico)	
--	---	--

---

4 - Sant’Anna (2004, p.176), apoiando-se em Maingueneau (1998, p. 129) denomina de ilhas de discurso direto a estratégia em que há a incorporação de fragmentos da palavra do outro no discurso do locutor. A palavra do outro não é tida como totalmente exterior a quem a cita. Este “processo de reconstituição da palavra como se supõe ter sido dita pelo outro” combina “uso e citação ao mesmo tempo”.

	1) verbos <i>dicendi</i> : (dizer, falar)	

	2) verbos cognitivos: (acreditar, achar, pensar, concluir, descobrir)	

--	--	--

--	--	--

--	--	--



--	--	--

--	--	--



--	--	--

--	--	--

	<p>1) Construção relativa introduzida por “aquele que, os que, de que, de quem, todos aqueles que” (cf. Indursky)</p>	

--	--	--

	2) SN cujo núcleo é um substantivo abstrato + verbo dicendi / verbo cognitivo	

	3) Verbos que funcionam, no discurso, como verbos dicendi	

	4) Verbos na voz passiva sem agente como introdutores do discurso relatado	

--	--	--

--	--	--

Podemos observar, no Quadro 1, as categorias do discurso relatado encontradas no *corpus*, bem como as marcas lingüísticas que o introduzem.

Talvez a maior diferença de nosso quadro em relação ao proposto pela autora, encontre-se no fato de incorporarmos à categoria do discurso indireto sintaticamente previsível, estruturas que Indursky classifica como sintaticamente imprevisíveis. Por exemplo, a autora classifica verbos construídos na forma passiva sintética (**diz-se** que..., **preconiza-se** que...) como marcas introdutórias de discurso relatado sintaticamente imprevisível. Em nossa análise tal estrutura figura como marca introdutória de DR sintaticamente previsível em função da ocorrência de verbo *dicendi*. Portanto, neste quadro, só se classificam como sintaticamente

imprevisíveis as estruturas que adquirem valor de marcas introdutórias de discurso relatado num determinado contexto gramatical e discursivo.

### 3) Análise e Interpretação dos dados

No Quadro 2 “A igualdade reza que ...” o verbo reza tem o valor discursivo de “diz que”, no sentido de “estabelecer que”, o que personifica um valor moral, fazendo com que o texto ganhe força retórica. Vejamos os quadros a seguir:

**Quadro 2 – Verbo *dicendi* e cognitivo como introdutor de Discurso Relatado**

CATEGORIAS DE DISCURSO RELATADO	OCORRÊNCIAS DE DISCURSO RELATADO NO TEXTO	A QUEM SE ATRIBUI A VOZ	MARCA	TIPO DE ATRIBUIÇÃO
Discurso Indireto sintaticamente imprevisível	A igualdade <u>reza que todas as pessoas têm os mesmos direitos</u> . Não há razão para alguns serem “mais iguais que os outros” (p. 106).	Voz da igualdade	Reza (verbo <i>dicendi</i> )	Definida

**Quadro 3 – Aspas como introdutor de Discurso Relatado**

CATEGORIAS DE DISCURSO RELATADO	OCORRÊNCIAS DE DISCURSO RELATADO NO TEXTO	A QUEM SE ATRIBUI A VOZ	MARCA	TIPO DE ATRIBUIÇÃO
Ilha de Discurso Direto	A igualdade reza que todas as pessoas têm os mesmos direitos. <u>Não há razão para alguns serem “mais iguais que os outros”</u> (p. 106).	Voz das pessoas que dizem que alguns têm mais direitos do que os outros	Uso de aspas (ilha de discurso direto)	Indefinida

No fragmento do Quadro 3, as aspas figuram como marca lingüística ao recurso das ilhas de discurso direto, através das quais o locutor-coletivo se apropria de uma outra voz, da voz das pessoas que dizem que alguns têm mais direitos do que os outros, incorporando-a ao seu dizer para à ela se contrapor.

No fragmento discursivo do Quadro 4, observa-se que o sintagma preposicionado que indica atribuição da informação ocorre com atribuição definida, onde a voz que se manifesta é a voz da Ética, que é uma categoria abstrata. Percebe-se aqui uma tentativa de personificação de um valor moral para atingir seu leitor mais eficazmente, levando-o a uma tomada de posição e mudança de atitude. Vejamos a seguir:

#### Quadro 4 – Sintagma preposicionado como marca de Discurso Relatado

CATEGORIAS DE DISCURSO RELATADO	OCORRÊNCIAS DE DISCURSO RELATADO NO TEXTO	A QUEM SE ATRIBUI A VOZ	MARCA	TIPO DE ATRIBUIÇÃO
Discurso Indireto sintaticamente previsível	Do ponto de vista da Ética, o preconceito pode traduzir-se de várias formas. A mais freqüente é a não-universalização dos valores morais (p. 101).	Voz da Ética	Do ponto de vista de... (sintagma preposicionado que indica atribuição de informação)	Definida

A partir da análise dos dados, captamos uma multiplicidade de vozes que foram acionadas pelo locutor-coletivo. Essas vozes foram arrumadas em dois grupos, os quais representam formações discursivas diferentes, conforme o quadro da próxima página.

A partir deste quadro podemos observar que a construção do consenso, através da mobilização de uma multiplicidade de vozes indefinidas, faz com que o locutor-coletivo (voz central a qual todas as outras estão subordinadas), se aproprie dessas vozes ou para a elas aderir para a elas se opor. Assim, através dessa dialogicidade cria-se um consenso entre as diferentes vozes. A construção do consenso, aliada à atribuição indefinida das vozes que dialogam com o locutor-coletivo, são recursos que caracterizam o texto como prescritivo, na medida em que constrói um efeito de unanimidade para levar as pessoas a agir.

Temos também as vozes com atribuição definida se alinhando com o perfil desse locutor-coletivo: a voz da Constituição, que reveste o discurso de autoridade, a voz da Ética e dos valores morais que fazem parte dos conteúdos de Ética a serem trabalhados e que figuram no texto como que personificados, num plano superior, acima do bem e do mal.

### Quadro 5 – Vozes que polemizam no PCN

<b>FD1 = atribuição indefinida</b>	<b>FD2 = atribuição indefinida + atribuição definida e parcialmente definida</b>
Pessoas que têm preconceito Pessoas que respeitam só os do seu grupo Pessoas intolerantes Pessoas indiferentes Pessoas que consideram várias dimensões das relações entre os homens respeitadas Voz do senso comum Pessoas que representam o respeito unilateral Pessoas que aceitam a agressividade como natural. Voz de países que defendem a idéia de que é normal matar ou morrer pela pátria.	Pessoas que questionam o respeito unilateral e o abuso de autoridade Pessoas que se preocupam com a justiça Voz do locutor-coletivo A Ética A Constituição brasileira O respeito mútuo A dignidade humana Pessoas que se ocuparam da moral Academia (que informa a existência do respeito unilateral) Pessoas que se preocupam com a justiça A lei As Ciências Humanas e da Filosofia Voz de pessoas que acham que comportamentos violentos são causados por fatores sociais Voz de pesquisas ( que informam que onde há maior violência, há maior desigualdade entre as pessoas A equidade A igualdade O professor

Podemos então caracterizar as duas formações discursivas que se confrontam no PCN: A FD1 representa o Outro imaginário com quem o locutor-coletivo polemiza para construir uma determinada visão de ética.

A FD 2 compreende a voz do locutor-coletivo e as outras vozes que à ela se alinham. Essas vozes respaldam a visão do sujeito da moral preconizada pelo locutor-coletivo, que tem uma visão habermasiana de ética e uma visão crítica da sociedade brasileira.

A visão de ética, que é transmitida pelo locutor-coletivo como se fosse a única possível, mascara o conflito teórico existente entre as diferentes visões de ética na contemporaneidade, criando em seu leitor a ilusão de que haja na sociedade um compartilhamento de uma única visão de ética. Assim, devemos estar alertas para não considerar este Discurso Ético veiculado no PCN como sendo “a” ética universal, por duas razões: em primeiro lugar, por esta não refletir a totalidade do debate em torno da questão da ética na contemporaneidade, apontando para a visão de uma ética universal de orientação habermasiana, de acordo com a qual o discurso é reconhecido como meio através do qual os cidadãos atingem o consenso utilizando

a argumentação. Em segundo lugar, por esta formação discursiva não abarcar toda a complexidade da sociedade brasileira, já que o locutor-coletivo ao fazer essa opção para construir o consenso, exclui certos segmentos da sociedade. No caso específico do PCN de Ética, por mais que o locutor-coletivo tenha se construído como democrático, contemplando em sua fala uma pluralidade de vozes, exclui as vozes das pessoas que são contra a visão da ética habermasiana, postulando uma visão tradicional, com base em uma verdade ética, de origem teológica ou metafísica; exclui também as vozes das pessoas com posição teórica totalmente oposta aos princípios universais que se filiam à visão pós-moderna, segundo a qual, diante do mundo plural em que vivemos não existem valores absolutos, universais. A estas vozes excluídas podemos acrescentar os questionamentos a respeito de quais valores ou tipos de comportamentos devem ser trabalhados pela escola, como também questionamentos acerca da função da escola como responsável pela formação moral de seus alunos.

Assim se estabelece uma hegemonia: uma determinada visão de ética é trazida para o universo da educação, sendo recontextualizada dentro dele, como se fosse a única visão possível sobre o assunto, a fim de estabelecer um consenso.

#### **4) Conclusão**

Ao se assumir como sujeito do discurso, o locutor-coletivo cria posições de sujeito para os leitores do PCN - os professores e profissionais de educação que naturalmente irão trabalhar os conteúdos de ética com seus alunos. Pelo uso do discurso relatado, que foi demonstrado nesse artigo, das modalidades e dos traços de didaticidade, percebe-se que o locutor-coletivo imaginariamente representa as pessoas com quem está falando como pessoas que desconhecem o assunto e que, por conseguinte, necessitam de uma explicação simplificada, concebendo seus leitores como profissionais que devem melhorar de desempenho.

O PCN, com seu padrão organizacional prescritivo-expositivo pertencente ao gênero de governo e controle, orienta a elaboração de currículos, a confecção de livros didáticos e a ação do professor e dos profissionais de educação. Essa cadeia irá afetar o aluno, aquele que será o futuro cidadão e irá compartilhar com outros um conjunto mínimo de valores ancorados no princípio de dignidade humana da Constituição da República.

Desta forma temos um exemplo vivo de como “mudanças no discurso abrem possibilidades para mudanças sociais” [CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 35].

## **Bibliografia**

- BAPTISTA, Ana Lúcia da Costa. *Ética no currículo da Educação Fundamental: A formação do aluno de 1ª a 4ª série*. 2000. 188 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999. 168 p.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Ensino de qualidade e cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais: o simulacro de um discurso modernizador*. 2002. 186 p. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Universidade Federal de Alagoas.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London, New York: Routledge, 2003.
- GRISOTTO, Américo. *Parâmetros Curriculares Nacionais: uma abordagem epistemológica das questões éticas*. 2002. 110 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: Ética*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.
- NASCIMENTO, Renata G. *Educação é Commodities: a colonização neoliberal do discurso pedagógico*. 2005. 116 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- REZENDE, Cláudia Cabral. *Parâmetros Curriculares Nacionais: da intenção à ação. Análise crítica da introdução e temas transversais*. 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004. 247 p.